



# JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 29 de Setembro de 2008



Série

Número 185

## Sumário

SECRETARIAREGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS  
Despachos

SECRETARIAREGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS  
Deliberação n.º 6/IVBAM-CD/2008

SECRETARIAREGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS  
Despacho n.º 15/2008  
Avisos

**SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS****Despacho**

Considerando a necessidade de dotar de uma chefia o Núcleo de Apoio Informático da Direcção Regional do Trabalho, serviço criado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2001/M, de 9 de Julho, mas cujo cargo nunca foi provido;

Considerando a reconhecida aptidão, experiência e competência profissional da licenciada Catarina Ramos Gomes; Ao abrigo do artigo 9.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2001/M, de 9 de Julho, dos artigos 21.º n.ºs 9, 10 e 27.º n.ºs 1, 2 da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e artigos 3.º A.º n.ºs 1 e 5 e 5.º n.º 3, do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de Julho que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, determina-se:

1 - Nomear, em comissão de serviço, pelo período de um ano, como Chefe de Divisão do Núcleo de Apoio Informático da Direcção Regional do Trabalho, da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, qualificado como cargo de direcção intermédia de 2.º grau, a licenciada Catarina Ramos Gomes, Técnico Superior Principal do quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional e Serviços Dependentes.

2 - O presente despacho produz efeitos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 18 de Setembro de 2008.

Assinado, em 18 de Setembro de 2008.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS, Eduardo António Brazão de Castro

**Nota Curricular****Identificação:**

Nome - Catarina Ramos Gomes

Data de Nascimento - 1975/06/03

Filiação - José Honório Silva Gomes e Maria Fernanda Nunes Vieira Ramos Gomes

Naturalidade - São Sebastião da Pedreira - Lisboa

**Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade Universidade Lusíada de Lisboa, concluída em Julho de 2000.

Pós-Graduação em "Gestão de Recursos Humanos: as velhas práticas e as novas teorias" promovida pelo Cine Fórum do Funchal em colaboração com a Associação para a Extensão Universitária da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

**Carreira Profissional:**

01/11/2000 a 31/07/2001 - Estágio Profissional promovido pela Direcção Regional dos Recursos Humanos, com duração de nove meses, na Direcção Regional dos Recursos Humanos - Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros da Secretaria Regional dos Recursos Humanos;

01/08 a 01/11/2001 - Funções de Técnica Superior de Recursos Humanos no âmbito do Programa de Ocupação de Adultos Desempregados, na Secretaria Regional dos Recursos Humanos;

02/11/2001 - Celebração do Contrato Administrativo de Provimento com o Instituto Regional de Emprego da Secretaria Regional dos Recursos Humanos para o exercício de funções de Técnica Superior Estagiária;

09/01/2002 a 28/02/2005 - Técnico Superior de 2.ª Classe da carreira de Técnico Superior da Secretaria Regional dos Recursos Humanos;

01/03/2003 - Transferida do quadro de pessoal do Instituto Regional de Emprego para o quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional dos Recursos Humanos e Serviços Dependentes;

01/03/2005 a 31/07/2007 - Técnico Superior de 1.ª Classe da carreira de Técnico Superior do quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional dos Recursos Humanos e Serviços Dependentes da Secretaria Regional dos Recursos Humanos.

Desde 01/08/2007 - Técnico Superior Principal da carreira de Técnico Superior do quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional dos Recursos Humanos e Serviços Dependentes da Secretaria Regional dos Recursos Humanos.

**Participação em Grupo de Trabalho e Júris:**

Representante da Secretaria Regional dos Recursos Humanos na Comissão Regional para a Convenção da Diversidade Biológica (CRCDB);

Representante da Secretaria Regional dos Recursos Humanos no Grupo de trabalho para a compilação dos modelos de requerimentos e formulários utilizados pelo Governo Regional;

Membro de júris de concursos de acesso e de ingresso na administração pública regional.

**Formação Profissional:**

4 de Outubro a 18 de Dezembro de 2007 - Formação Pedagógica Inicial de Formadores no total de 90 horas, promovido pela Lusitanaforma;

12 de Fevereiro a 26 de Abril de 2001 - Formação Pedagógica Inicial de Formadores no total de 126 horas;

17 a 18/04/2008 - Curso de formação profissional "CAF - Autoavaliação nos Serviços da Administração Pública Regional" - Direcção Regional da Administração Pública e Local, no total de 12 horas;

17 a 19/10/2007 - Curso de formação profissional "Técnicas de Entrevista de Avaliação de Desempenho" - Direcção Regional da Administração Pública e Local, no total de 18 horas;

15/03/2007 - Seminário - Cidadania e Defesa do Consumidor - Serviço de Defesa do Consumidor - Secretaria Regional dos Recursos Humanos;

27/04/2006 - RH+ - Resolução de erros reportados no relatório BDAP do Instituto de Informática - 4 horas - XGT - Soluções Informáticas, SA.;

30/01 a 15/02/2006 - FP 04.2006 Iniciação à Informática - Pós-Laboral, com o total de 39 horas, Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira

16 a 20/05/2005 - Curso de formação profissional "Processamento de Abonos e Regalias Sociais" - Direcção Regional da Administração Pública e Local, no total de 30 horas;

15/03/2005 - Seminário - Informação para o Consumo, Estratégias e Recursos - Serviço de Defesa do Consumidor - Secretaria Regional dos Recursos Humanos;

20 e 21/01/2005 - Acção de formação "BDAP - Base de Dados da Administração Pública", com duração de 12 horas, promovida pela XGT - Soluções Informáticas, Lda;

Entre 15 e 19 de Novembro de 2004 - Acção de formação "BDAP - Base de Dados da Administração Pública", com duração de 12 horas, promovida pela XGT - Soluções Informáticas, Lda.;

29/07/2004 - Acção de formação "RH-CA- Curso Avançado - Actualização RH+ V1.11", com duração de 8 horas, promovida pela XGT - Soluções Informáticas, Lda;

26 a 28/07/2004 - Congresso de Ergonomia dos Países de Língua Oficial Portuguesa, promovido pela APERGO - Associação portuguesa de Ergonomia - Faculdade de Motricidade Humana;

5 de Maio de 2004 - "Novo Modelo de Avaliação do Desempenho dos Funcionários Públicos", no Instituto Nacional de Administração, no total de 8 horas;

15 a 19/09/2003 - "A Administração Pública e o seu Regime Jurídico" - Direcção Regional da Administração Pública e Local, no total de 30 horas;

17 a 21/03/2003 - Curso de formação profissional "Regime de Férias, Faltas e Licenças" - Direcção Regional da Administração Pública e Local, no total de 30 horas;

25 a 29/11/2002 - "O Concurso de Pessoal na Administração Pública" - Direcção Regional da Administração Pública e Local, no total de 30 horas;

06 a 09/05/2002 - "Windows - Avançado" - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira, no total de 12 horas, com classificação final de 17 valores;

04 a 11/12/2001 - "Excel - Iniciação" - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira, no total de 21 horas, com classificação final de 19 valores;

18/05/2001 - Participação no 1.º Encontro Regional de Animadores de UNIVAS e Clubes de Emprego "Inserção no Mundo do Trabalho: que desafios";

Entre 06 e 17/11/2000 - Acção de formação "Aplicação RH+ - Gestão de Pessoal e Vencimentos", com duração de 30 horas, promovida pela XGT- Soluções Informáticas, Lda;

5 e 6/05/2000 - Seminário - Pessoas: factor de Excelência realizado pelos alunos finalistas de Gestão de Recursos Humanos da Universidade Lusíada de Lisboa no INETI - Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial;

20 a 24/11 e de 11 a 16/10/1999 - Curso "Gestão de projectos promovido pela ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal, no total de 40 horas;

26 e 27/04/1993 - Acção de Formação: "Alteração do IVA, IRS; IRC e suas implicações na contabilidade, no âmbito da CE";

1990/1993 - Curso de Inglês na Cambridge School - 6.º ano;  
1990/1991 - Curso de formação profissional na área de informática, na óptica do utilizador, no total de 60 horas, com classificação final de 17 valores.

Setembro 2008.

### Despacho

Considerando a necessidade de dotar de uma chefia o Gabinete de Consultadoria Jurídica da Inspeção Regional do Trabalho, serviço criado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de Julho, mas cujo cargo nunca foi provido;

Considerando a reconhecida aptidão, experiência e competência profissional da licenciada Andreia Isabel Rodrigues Florença;

Ao abrigo dos artigos 8.º e 10.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de Julho, dos artigos 21.º n.ºs 9, 10 e 27.º n.ºs 1, 2 da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e artigos 3.º A n.ºs 1 e 5 e 5.º n.º 3, do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de Julho que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, determina-se:

1 - Nomear, em comissão de serviço, pelo período de um ano, como Chefe de Divisão do Gabinete de Consultadoria Jurídica da Inspeção Regional do Trabalho, da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, qualificado como cargo de direcção intermédia de 2.º grau, a licenciada Andreia Isabel Rodrigues Florença, Consultor Jurídico de 1.ª Classe do quadro de pessoal da Inspeção Regional do Trabalho.

2 - O presente despacho produz efeitos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 18 de Setembro de 2008.

Assinado, em 18 de Setembro de 2008.

O Secretário Regional dos Recursos Humanos, Eduardo António Brazão de Castro

I - Dados pessoais:

Nome: Andreia Isabel Rodrigues Florença

Data de Nascimento: 14 de Agosto de 1975

BI:105 406 13

II - Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade do Minho;  
- Estágio completo de advocacia (iniciado em Outubro de 2001 e terminado em Setembro de 2003).

III- Experiência Profissional:

2001 - Novembro  
Estágio Profissional na categoria de Técnica Superior na área de Direito - Inspeção Regional do Trabalho;  
2003 - Janeiro  
Nomeação Definitiva na categoria de Consultor Jurídico de 2.ª classe, da carreira de Técnico Superior - Inspeção Regional do Trabalho.

Funções principais:

- Elaboração de Pareceres Jurídicos e prestação de informações na área do Direito do Trabalho e no âmbito do procedimento contra-ordenacional;

- Instrução de Processos de Contra-Ordenação Laboral;

2004 - Março

Indicada como representante da Inspeção Regional do Trabalho para a Comissão de Acompanhamento do Plano Regional de Emprego.

2004 - Abril a Janeiro - 2007

Atendimento ao público e colaboração na recolha semanal de reclamações laborais apresentadas no balcão da Inspeção Regional do Trabalho junto da "Loja do Cidadão".

2004 - Julho

Desde esta data, tem sido membro efectivo de júris de concurso de pessoal.

2005 - Junho

- Orientadora directa do estágio de uma jurista.  
- Estudo do novo sistema de avaliação - SIADAP - e consequente elaboração de exemplos de objectivos adequadas às funções de todas as categorias profissionais da Inspeção Regional do Trabalho.

2006 - Julho

Indicada como membro do núcleo de observação de legislação laboral, publicada no Diário da República.

2007-Dezembro

Nomeação Definitiva na categoria de Consultor Jurídico de 1.ª classe, da carreira de Técnico Superior.

2008-Junho

- Orientadora directa do estágio de duas juristas.

IV - Outras Qualificações:

Curso de Língua e Cultura Alemãs, ministrado pelo Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho;

Inglês: Falado, lido e escrito fluentemente;

Francês: Falado e lido fluentemente e escrito razoavelmente

Espanhol: Conhecimentos na fala e escrita;

Alemão: Conhecimentos na fala e escrita;

Curso de Informática, constituído pelos seguintes módulos:- Sistema operativo Windows Me, processador de texto Word 2000 e Folha de cálculo Excel 2000, ministrado pela Serform - Serviços e Formação, Lda.

V- Cursos de Formação:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

2000

7 de Abril: Participação como assistente na Conferência "A Reforma Processual Civil: três anos depois", realizado na Universidade do Minho.

19 de Maio: Participação como assistente nas Jornadas de Direito dos Registos", promovida pela Associação Sindical de Conservadores dos Registos e a Escola de Direito da Universidade do Minho.

13 de Dezembro: Participação como assistente na Conferência " O Processo Civil e Penal em Tribunal", realizada na Universidade do Minho.

2001  
26 de Abril: Participação como assistente na Conferência “Sigilo Bancário”, promovida e realizada pela Escola de Direito da Universidade do Minho.  
12 de Dezembro: Participação como assistente na Conferência “ACrise na Empresa e o Despedimento Colectivo”, realizada na Universidade do Minho.

2002  
25 de Janeiro: Participação como assistente na Conferência “Os prazos e o processo civil”, promovida pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados - Auditório do Golden Gate.  
15 de Fevereiro: Participação como assistente na Conferência “Direito bancário”, promovida pelo Conselho distrital da Ordem dos Advogados - Auditório do Golden Gate.  
1 de Março: Participação como assistente na Conferência “Medicina e Direito”, promovida pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados - Auditório do Golden Gate.  
15 de Março: Participação como assistente na Conferência “Unões de facto e Economia comum”, promovida pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados - Auditório do Golden Gate -  
4 de Julho: Participação como assistente na Conferência/Debate “Arrendamento-aspectos práticos do R.A.U. “, promovida pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados - Auditório do Golden Gate.  
2 de Agosto: Participação como assistente na Conferência “O Ante-projecto do novo Código de Trabalho”, promovida pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados - Auditório do Golden Gate -

2003  
13 e 14 de Fevereiro: Participação como assistente no VI Congresso Nacional de Direito do Trabalho. - Hotel Altis, Lisboa  
28 de Abril: Participação como assistente no Seminário “Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho” - Auditório do Museu de Electricidade - Casa da Luz;  
15 de Setembro: Participação como interveniente na Conferência “Código do Trabalho”, promovida pela Direcção Regional do Trabalho - Inatel, Santo da Serra;  
18 de Novembro: Participação como assistente no Seminário “Segurança no Trabalho da Construção - Quedas em altura, soterramentos, valas e escavações”, promovida pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos - Direcção Regional do Trabalho - Auditório do Museu da Electricidade - Casa da Luz;  
19 de Novembro: Participação como assistente no Seminário “A Construção da Igualdade”, promovida pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos e PRIO - Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades - Auditório do Museu da Electricidade - Casa da Luz.  
25 de Novembro: Participação como assistente no Seminário “Segurança no Trabalho da Construção - Máquinas de Estaleiro, Equipamentos de Trabalho, Instalações Eléctricas”, promovida pela Direcção Regional do Trabalho - Auditório do Museu da Electricidade - Casa da Luz.  
5 de Dezembro: Participação como assistente no Seminário “A nova estratégia europeia para o emprego - transposição para a realidade nacional e regional”, promovida pelo Instituto Regional de Emprego - Auditório do Museu da Electricidade - Casa da Luz -  
15 de Dezembro: Participação como assistente na Sessão de Esclarecimento, subordinada ao tema “Nova Legislação Laboral”, promovida pela APOTEC - Tivoli Ocean Park Hotel -

2004  
10 de Fevereiro: Participação como assistente no Colóquio “Segurança no Trabalho da Construção - Novo Quadro Legal”, promovida pela Direcção Regional Do Trabalho, com o apoio da Inspecção Geral do Trabalho - Auditório do Museu da Electricidade - Casa da Luz -  
5 de Março : Participação como assistente na Acção sobre o Código do Trabalho, promovida pela Ordem dos Advogados e o CEJ - Hotel Porto Mare -  
15 de Março: Participação como assistente no Seminário “A defesa do consumidor no século XXI”, promovido pelo Serviço

de Defesa do Consumidor - Auditório do Museu da Electricidade - Casa da Luz -  
22 a 26 de Março : Participação na formação “Relacionamento Interpessoal e Atendimento de Público”, promovida pela DRAPL.  
29 de Março a 2 de Abril: Participação na formação “O concurso de Pessoal na Administração Pública”, promovida pela DRAPL.  
16 a 18 de Junho: Participação na formação “O Novo Contencioso Administrativo”, promovida pela DRAPL.

2005  
28 de Fevereiro a 4 de Março: Participação na formação: “Técnicas de Entrevista e Análise de Informação para Júris de Concurso”, promovida pela DRAPL.  
24 de Junho: Participação na acção de formação: “Processos Contra-ordenacionais”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
30 de Junho: Participação na acção de Formação: “Organização do Tempo de Trabalho”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
8 de Julho: Participação na acção de formação: “Habeas Corpus”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
11-15 de Julho: Participação na acção de formação: “SIADAP - O Novo Sistema de Avaliação do Desempenho”, promovido pela DRAPL.  
23 de Julho: Participação na acção de formação: “Criminalidade Económica”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
7 de Outubro: Participação na acção de formação: “Cessação do Arrendamento Urbano”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
21 de Outubro: Participação na acção de formação: “Título Executivo Europeu”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
24 a 28 de Outubro: Participação na acção de formação “Código de Procedimento Administrativo”, promovida pela DRAPL.  
4 de Novembro: Participação na acção de formação: “Responsabilidade Tributária dos Administradores ou Gerentes de Pessoas Colectivas e Entes Fiscalmente Equiparados”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
18 de Novembro: Participação na acção de formação: “Os Processos Cautelares no Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
7 de Dezembro: Participação na acção de formação: “As Parcerias Público-Privadas”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

2006  
6 de Janeiro: Participação na acção de formação: “A Reforma do Processo Penal”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
20 de Janeiro: Participação na acção de formação: “Contratos de Distribuição”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
17 de Fevereiro: Participação na acção de formação: “Novidades do Contencioso Administrativo”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
3 de Março: Participação na acção de formação: “Questões Relativas ao Trabalho na Empresa”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
17 de Março: Participação na acção de formação: “Recursos em Processo Penal”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
7 de Abril: Participação na acção de formação: “O Papel do Advogado em Processo Penal”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.  
21 de Abril: Participação na acção de formação: “Aquisição e Fusão de Empresas”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

5 de Maio: Participação na acção de formação: “Planeamento Territorial”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

18 de Maio: Participação na acção de formação: “Off-Shore e Regime Fiscal-Vantagens e Desvantagens”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

2 de Junho: Participação na acção de formação: “Procedimentos Cautelares”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

16 de Junho: Participação na acção de formação: “Novidades no Contencioso Administrativo - Execução de Sentenças e Recursos”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

30 de Junho: Participação na acção de formação: “Recursos em Processo Civil”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

14 de Julho: Participação na acção de formação: “Contratação Pública”, promovida pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

2007

10-11 de Abril: Participação na acção de formação: “O Direito das Contra-ordenações”, promovida pela DRAPL.

Funchal, 18 de Setembro de 2008.

#### **SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS**

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, I.P.

#### **Deliberação n.º 6/IVBAM-CD/2008**

Considerando a produção máxima por hectare das vinhas que poderá ser obtida para vinho generoso é de 80 hl de mosto;

Considerando que o limite anteriormente referido poderá ser alterado pelo IVBAM em determinadas campanhas, tendo em conta as condições particulares em que as mesmas hajam decorrido;

Considerando que o referenciado rendimento se encontra desajustado da realidade, permitindo actualmente a técnica vitícola obter produções muito superiores sem prejudicar a qualidade das uvas;

O Conselho Directivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P., reunido em sessão ordinária do dia 17 de Setembro de 2008, e uma vez ouvidas as Associações representativas dos agricultores e dos produtores de Vinho da Madeira, deliberou, ao abrigo do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento da Produção e Comércio do Vinho da Madeira, anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 20/85/M, de 21 de Outubro, o seguinte:

1. O rendimento máximo por hectare das vinhas destinadas à produção de VLQPRD «Madeira» é fixado, para a campanha de 2008/2009, em 150 hectolitros de mosto;

2. Apresente Deliberação entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao início da vindima de 2008.

Funchal, 17 de Setembro de 2008.

O CONSELHO DIRECTIVO DO IVBAM, Paulo Filipe Freitas Rodrigues, Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva, João José Órnelas Nunes

#### **SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS**

#### **Despacho n.º 15/2008**

Considerando que a funcionária do Quadro de Pessoal do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E,

Licínia Lara Rodrigues Araújo, integrada na carreira médica de clínica geral, pretende frequentar o curso de mestrado em Cuidados Paliativos, cujo funcionamento decorrerá no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Lisboa, na cidade de Lisboa, nos termos do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março, com a redacção dada pelo Decreto-Lei 107/2008, de 25 de Junho, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto;

Considerando que a frequência do identificado curso se reveste de reconhecido interesse público, na medida em que viabilizará a aquisição, especialização e aprofundamento de conhecimentos, por parte da funcionária, com substanciais reflexos positivos no desempenho das suas funções, não originando, por outro lado, qualquer acréscimo de encargos com pessoal;

Considerando que o funcionamento do Curso de Mestrado em Cuidados Paliativos decorrerá no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Lisboa em regime de ensino presencial;

Considerando que, segundo o disposto no Decreto-lei n.º 272/88 de 3 de Agosto, poderá ser concedida a equiparação a bolseiro aos funcionários e agentes do Estado e demais pessoas colectivas públicas, que se proponham a frequentar (entre outros) cursos de reconhecido interesse público, verificados que estejam os demais requisitos legais;

Nestes termos e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2007/M, de 8 de Novembro e do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 272/88 de 3 de Agosto, determino o seguinte:

1 - À funcionária Licínia Lara Rodrigues Araújo, Assistente da Carreira Médica de Clínica Geral, integrada no Quadro de Pessoal do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E, é concedida a equiparação a bolseiro para a frequência do curso de mestrado em Cuidados Paliativos, cujo funcionamento decorrerá no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Lisboa, na cidade de Lisboa, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, durante os anos lectivos de 2008/2009 e 2009/2010.

2 - A concessão da equiparação a bolseiro é feita sob a modalidade de dispensa temporária parcial do exercício de funções, a iniciar a 01 de Outubro de 2008, até 31 de Julho de 2010, em conformidade com o respectivo programa de curso.

3 - No caso da beneficiária da equiparação, mediante documento idóneo, comprovar a pretensão de aceder a provas ou exames não compreendidos no sobredito período, será prorrogada a concessão de equiparação, até a conclusão da prestação das respectivas provas, o que também deverá ser comprovado documentalmente.

4 - A atribuição dos benefícios concedidos ao abrigo do estatuto de equiparação a bolseiro, ficará condicionada à assiduidade do beneficiário, quer às sessões lectivas quer à prestação de provas, sem prejuízo do disposto na lei geral, sobre as faltas justificadas e respectivo regime.

5 - Concluído o Curso de Mestrado, a equiparada a bolseiro deverá desempenhar funções no Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E, ou em outro organismo sob a tutela da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, por um período não inferior a cinco anos, sob pena de reintegração das verbas recebidas ao abrigo da presente equiparação.

6 - O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2008.

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, 11 de Setembro de 2008.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS, Francisco Jardim Ramos

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE  
E ASSUNTOS SOCIAIS, IP-RAM

### Aviso

1 - Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 241/94, de 22 de Setembro pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, no disposto pela Portaria n.º 931/94, de 20 de Outubro, bem como e nos termos do Regulamento de Estágio da Carreira dos Técnicos Superiores de Saúde, aprovado pela Portaria n.º 796/94, de 7 de Setembro, do Ministro da Saúde, adaptada à Região Autónoma da Madeira pela Portaria n.º 226/2004, de 30 de Dezembro, da Vice-Presidência do Governo Regional e das Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e do Plano e Finanças, faz-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, datado de 28/12/2007, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª Série do Diário da República, concurso externo de admissão a estágio da especialidade da carreira técnica superior de saúde, no ramo de Nutrição, 3 (três) vagas, no Serviço Regional de Saúde, E.P.E., ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 35.º do Regime e Orgânica do Serviço Regional de Saúde, E.P.E., aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2003/M, de 27 de Maio, e revogado pelo n.º 3 do artigo 35.º Decreto Legislativo Regional n.º 23/2008/M, publicado no Diário da República n.º 119, I série de 23 de Junho, que aprovou o novo Regime e Orgânica do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., designado por SAÚDERAM, E.P.E., e rectificado pela Declaração n.º 44/2008, publicada no Diário da República n.º 153, I Série de 8 de Agosto, com a designação de SESARAM, E.P.E.

2 - Vagas autorizadas por Despacho Conjunto de Suas Exas. os Secretários Regionais do Plano e Finanças e Assuntos Sociais datado de 28/12/2007, incluídas na dotação do próximo Contrato-Programa a celebrar com o Serviço Regional de Saúde, E.P.E., em conformidade com o disposto no n.º 16-A do Despacho Conjunto dos Secretários Regionais dos Assuntos Sociais e do Plano e Finanças, de 28 de Maio de 2004, publicado no JORAM, II Série n.º 144, de 11 de Junho, alterado pelo Despacho Conjunto das mesmas entidades, de 1 de Junho de 2005, publicado no JORAM, II Série, n.º 195, de 11 de Outubro.

3 - O estágio será frequentado no regime de contrato administrativo de provimento ou, sendo o estagiário já funcionário, em regime de comissão de serviço extraordinária.

4 - O concurso é válido até à data da assinatura do contrato administrativo de provimento, ou da aceitação da nomeação em comissão de serviço extraordinária, de todos os lugares postos a concurso.

5 - O regime de trabalho e remuneração são os fixados no artigo 6.º e no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 414/91, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro.

6 - Local de estágio - Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., designado por SAÚDERAM, E.P.E., e rectificado pela Declaração n.º 44/2008, publicada no Diário da República n.º 153, I Série de 8 de Agosto, com a designação de SESARAM, E.P.E..

7 - São requisitos de admissão ao presente concurso, de acordo com o disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 796/94, de 7 de Setembro:

- a) Possuir licenciatura adequada ao ramo de nutrição, de acordo com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 414/91, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício de funções na área dos técnicos superiores de saúde;
- d) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8 - As candidaturas, em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M, publicado no Diário da República n.º 119, I série de 23 de Junho, que criou o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, e aprovou a respectiva orgânica, deverão ser formalizadas mediante requerimento minuta, existente na secção de pessoal do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM e dirigidos ao Presidente do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, e entregues pessoalmente ou enviadas pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para a Rua das Pretas n.º 1, 2.º andar, 9004-515 - FUNCHAL, delas constando os seguintes elementos:

- a) Identificação (nome completo, filiação, nacionalidade e nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, residência, código postal, telefone e situação militar, se for caso disso);
- b) Habilitações literárias;
- c) Concurso a que se candidata e referência ao ramo, com indicação do número e da data em que foi publicado o aviso de abertura;
- d) Indicação da categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo, no caso de candidatos com vínculo à função pública;
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para a apreciação do seu mérito;

9 - Os requerimentos de candidatura devem ser acompanhados dos seguintes documentos (são aceites fotocópias, que os serviços autenticam mediante a exibição dos respectivos originais, assim como fotocópias autenticadas, nos termos previstos legalmente), sob pena de exclusão:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade;
- b) Certidão de licenciatura ou do documento legalmente equivalente, contendo a nota final da licenciatura;
- c) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- d) Certificado do Registo Criminal;
- e) Atestado médico comprovativo da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício das funções para o ramo a prover, conforme o estabelecido no Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;
- f) Um exemplar do curriculum vitae detalhado, datado e assinado pelo candidato devendo, ainda, conter a comprovação documental relativa a todos os dados enunciados no curriculum vitae;
- g) Documento comprovativo da inscrição na respectiva ordem profissional, quando tal seja obrigatório para o exercício da profissão.

10 - Findo o prazo de apresentação das candidaturas, é elaborado o projecto de lista dos candidatos admitidos e excluídos, o qual será notificado aos candidatos, em conformidade com a lei, para efeitos de audiência dos interessados.

11 - Findo o prazo de audiência dos interessados, é elaborada lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos, a qual será

publicada na II Série do Diário da República e na II Série do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.

12 - Os candidatos excluídos, em conformidade com o disposto no artigo 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M, podem recorrer para o Presidente do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação da lista referida no número anterior, não suspendendo, essa interposição, as operações do concurso, as quais prosseguirão até à fase de elaboração da lista de classificação final, exclusive.

13 - Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

a) Avaliação curricular, com o objectivo de avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, ponderando-se a nota final da licenciatura e a formação complementar e experiência de trabalho, directamente relacionadas com as funções do ramo de nutrição;

b) Entrevista profissional de selecção, com o objectivo de determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as capacidades e aptidões do candidato, por comparação com o perfil de exigência da função a prover.

14 - Os resultados da aplicação dos métodos de selecção serão classificados de 0 a 20 valores, por aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AV + EPS}{2}$$

Sendo:

$$AC = \frac{5NFL + 2,5FC + 2,5ET}{10}$$

Em que:

CF = classificação final;

AV = avaliação curricular;

EPS = entrevista profissional de selecção;

NFL = nota final de licenciatura;

FC = formação complementar;

ET = experiência de trabalho.

15 - Em caso de empate entre candidatos, compete ao júri do concurso estabelecer critérios de desempate.

16 - Finda a aplicação dos métodos de selecção, o júri do concurso elaborará acta, contendo a lista de classificação final e respectiva fundamentação, a qual, após audiência dos interessados, será homologada pelo Presidente do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM e publicada na II Série do Diário da República e na II Série do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.

17 - Da homologação cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, no prazo de 10 dias úteis.

18 - O júri do concurso é composto pelos seguintes elementos:

Presidente:

- Dra. Teresa Paula Gandra dos Santos Esmeraldo de Gouveia, Assessor da Carreira Técnica Superior de Saúde, ramo de Nutrição do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E..

Vogais Efectivos:

- Dra. Maria Amélia Fernandes Teixeira, Assessor da Carreira Técnica Superior de Saúde, ramo de Nutrição do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;

- Dra. Ana Paula Bettencourt Caldeira, Assessor, ramo de Nutrição do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E..

Vogais Suplentes:

- Dra. Vanda Encarnação Cristóvão, Assistente Principal, ramo de Nutrição do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E..

- Dr. Luís Ricardo Ramos Oliveira, Assistente Principal, ramo de Nutrição do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E..

Funchal, 15 de Setembro de 2008.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS, IP-RAM, Maurício Melim

### Aviso

1 - Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 241/94, de 22 de Setembro pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, no disposto pela Portaria n.º 931/94, de 20 de Outubro, bem como e nos termos do Regulamento de Estágio da Carreira dos Técnicos Superiores de Saúde, aprovado pela Portaria n.º 796/94, de 7 de Setembro, do Ministro da Saúde, adaptada à Região Autónoma da Madeira pela Portaria n.º 226/2004, de 30 de Dezembro, da Vice-Presidência do Governo Regional e das Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e do Plano e Finanças, faz-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, datado de 28/12/2007, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª Série do Diário da República, concurso externo de admissão a estágio da especialidade da carreira técnica superior de saúde, no ramo de Psicologia Clínica, 5 (cinco) vagas, no Serviço Regional de Saúde, E.P.E., ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 35.º do Regime e Orgânica do Serviço Regional de Saúde, E.P.E., aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2003/M, de 27 de Maio, e revogado pelo n.º 3 do artigo 35.º Decreto Legislativo Regional n.º 23/2008/M, publicado no Diário da República n.º 119, I série de 23 de Junho, que aprovou o novo Regime e Orgânica do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., designado por SAUDERAM, E.P.E., e rectificado pela Declaração n.º 44/2008, publicada no Diário da República n.º 153, I Série de 8 de Agosto, com a designação de SESARAM, E.P.E..

2 - Vagas autorizadas por Despacho Conjunto de Suas Exas. os Secretários Regionais do Plano e Finanças e Assuntos Sociais datado de 28/12/2007, incluídas na dotação do próximo Contrato-Programa a celebrar com o Serviço Regional de Saúde, E.P.E., em conformidade com o disposto no n.º 16-A do Despacho Conjunto dos Secretários Regionais dos Assuntos Sociais e do Plano e Finanças, de 28 de Maio de 2004, publicado no JORAM, II Série n.º 144, de 11 de Junho, alterado pelo Despacho Conjunto das mesmas entidades, de 1 de Junho de 2005, publicado no JORAM, II Série, n.º 195, de 11 de Outubro.

3 - O estágio será frequentado no regime de contrato administrativo de provimento ou, sendo o estagiário já funcionário, em regime de comissão de serviço extraordinária.

4 - O concurso é válido até à data da assinatura do contrato administrativo de provimento, ou da aceitação da nomeação em comissão de serviço extraordinária, de todos os lugares postos a concurso.

5 - O regime de trabalho e remuneração são os fixados no artigo 6.º e no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 414/91, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro.

6 - Local de estágio - Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., designado por SAUDERAM, E.P.E., e rectificado pela Declaração n.º 44/2008, publicada no Diário da

Republica n.º 153, I Série de 8 de Agosto, com a designação de SESARAM, E.P.E.

7 - São requisitos de admissão ao presente concurso, de acordo com o disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 796/94, de 7 de Setembro:

a) Possuir licenciatura adequada ao ramo de psicologia clínica, de acordo com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 414/91, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, bem como pelo disposto na Portaria n.º 1109/95, de 9 de Setembro;

b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício de funções na área dos técnicos superiores de saúde;

d) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8 - As candidaturas, em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M, publicado no Diário da República n.º 119, I série de 23 de Junho, que criou o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, e aprovou a respectiva orgânica, deverão ser formalizadas mediante requerimento minuta, existente na secção de pessoal do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM e dirigidos ao Presidente do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, e entregues pessoalmente ou enviadas pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para a Rua das Pretas n.º 1, 2.º andar, 9004-515 - FUNCHAL, delas constando os seguintes elementos:

a) Identificação (nome completo, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, residência, código postal, telefone e situação militar, se for caso disso);

b) Habilitações literárias;

c) Concurso a que se candidata e referência ao ramo, com indicação do número e da data em que foi publicado o aviso de abertura;

d) Indicação da categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo, no caso de candidatos com vínculo à função pública;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para a apreciação do seu mérito;

9 - Os requerimentos de candidatura devem ser acompanhados dos seguintes documentos (são aceites fotocópias, que os serviços autenticam mediante a exibição dos respectivos originais, assim como fotocópias autenticadas, nos termos previstos legalmente), sob pena de exclusão:

a) Fotocópia do bilhete de identidade;

b) Certidão de licenciatura ou do documento legalmente equivalente, contendo a nota final da licenciatura;

c) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

d) Certificado do Registo Criminal;

e) Atestado médico comprovativo da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício das funções para o ramo a prover, conforme o estabelecido no Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;

f) Um exemplar do curriculum vitae detalhado, datado e assinado pelo candidato devendo, ainda, conter a comprovação documental relativa a todos os dados enunciados no curriculum vitae;

g) Documento comprovativo da inscrição na respectiva ordem profissional, quando tal seja obrigatório para o exercício da profissão.

10 - Findo o prazo de apresentação das candidaturas, é elaborado o projecto de lista dos candidatos admitidos e excluídos, a qual será notificada aos candidatos, em conformidade com a lei, para efeitos de audiência dos interessados.

11 - Findo o prazo de audiência dos interessados, é elaborada lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos, a qual será publicada na II Série do Diário da República e na II Série do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.

12 - Os candidatos excluídos, em conformidade com o disposto no artigo 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M, podem recorrer para o Presidente do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação da lista referida no número anterior, não suspendendo, essa interposição, as operações do concurso, as quais prosseguirão até à fase de elaboração da lista de classificação final, exclusive.

13 - Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

a) Avaliação curricular, com o objectivo de avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, ponderando-se a nota final da licenciatura e a formação complementar e experiência de trabalho, directamente relacionadas com as funções do ramo de Psicologia Clínica;

b) Entrevista profissional de selecção, com o objectivo de determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as capacidades e aptidões do candidato, por comparação com o perfil de exigência da função a prover.

14 - Os resultados da aplicação dos métodos de selecção serão classificados de 0 a 20 valores, por aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AV + EPS}{2}$$

Sendo:

$$AV = \frac{5NFL + 2,5FC + 2,5ET}{10}$$

Em que:

CF = classificação final;

AV = avaliação curricular;

EPS = entrevista profissional de selecção;

NFL = nota final de licenciatura;

FC = formação complementar;

ET = experiência de trabalho.

15 - Em caso de empate entre candidatas, compete ao júri do concurso estabelecer critérios de desempate.

16 - Finda a aplicação dos métodos de selecção, o júri do concurso elaborará acta, contendo a lista de classificação final e respectiva fundamentação, a qual, após audiência dos interessados, será homologada pelo Presidente do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM e publicada na II Série do Diário da República e na II Série do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.

17 - Da homologação cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, no prazo de 10 dias úteis.

18 - O júri do concurso é composto pelos seguintes elementos:

Presidente :

- Dra. Maria Raquel de Freitas Catanho, Assessora Superior da Carreira Técnica Superior de Saúde, ramo de Psicologia Clínica do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.

Vogais Efectivos:

- Dra. Maria Mónica Dias Ferreira Cardoso, Assistente da Carreira Técnica Superior de Saúde, ramo de Psicologia Clínica do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;



- Dra. Marla Sofia Vieira de Freitas, Assistente da Carreira Técnica Superior de Saúde, Ramo de Psicologia Clínica do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E..

Vogais suplentes:

- Dra. Helena Paula Ornelas Silva, Assessora da Carreira Técnica Superior de Saúde, ramo de Psicologia Clínica do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.;

- Dra. Imma Luíse Pereira Antunes, Assistente da Carreira Técnica Superior de Saúde, Ramo de Psicologia Clínica do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.

Funchal, 15 de Setembro de 2008.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS, IP-RAM, Maurício Melim

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda . . . . .	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas . . . . .	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas . . . . .	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas . . . . .	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas . . . . .	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas . . . . .	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

## ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série . . . . .	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries . . . . .	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries . . . . .	€ 63,78	€ 31,95;
Completa . . . . .	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

## IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

## DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

Preço deste número: € 3,02 (IVA incluído)